



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **1009762-81.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor**
 Requerente: **Ilma Aparecida Faria e outros**
 Requerido: **Luiz Carlos Lima Oliveira**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **Caio Cesar Melluso**

Vistos.

1 Trata-se de ação interposta por **Ilma Aparecida Faria, Lucca Faria Lima de Oliveira e Samanda Carolina de Oliveira**, com pedido de alvará para levantamento de saldo PIS e FGTS, auxílio funeral e venda transferência de veículo, descrito no documento de fls. 21.

2 O carro é de propriedade de Luiz Carlos Lima Oliveira, companheiro da primeira requerente e genitor dos outros requerentes, falecido em 13/07/2017, conforme certidão de óbito que consta às fls. 06. No documento, consta que o falecido deixou a companheira e filhos maiores, não deixou bens ou testamento conhecido, o que foi confirmado pelo relato inicial.

3 Foram deferidos os benefícios da AJG.

4 Os autores apresentaram a avaliação do automóvel, conforme documento que está às fls. 37 (tabela FIPE).

5 Requerem a desistência dos pedidos para expedição de alvará para recebimento do auxílio funeral da Prefeitura de São Carlos-SP e para o levantamento do FGTS, visto que a requerente Ilma conseguiu o levantamento sem a necessidade desses, e pleiteia somente o deferimento de expedição do Alvará Judicial, autorizando a autora alienar e transferir o veículo que está registrado no nome de seu falecido companheiro.

6 É o relatório, fundamento e decido.

7 O pedido é procedente.

8 Os pedidos de alvará de levantamento de FGTS e auxílio funeral perderam o objeto, sendo pertinente a desistência.

9 Os autores comprovaram a alegação de que são os únicos herdeiros do falecido, bem como que o único bem que este possuía é um veículo de baixo valor, que não supera, inclusive, o limite estabelecido na Lei nº 6858/80 para levantamento de saldos bancários, o que torna dispensável o arrolamento.

10 Anoto que, diante do caráter voluntário desta ação e, ainda, da incidência do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

princípio da boa-fé processual, que é um dever de todos aqueles que participam do processo, nos termos do artigo 5º do Código de Processo Civil, é de exclusiva responsabilidade da parte eventuais irregularidades e/ou omissões que possam resultar em prejuízo a terceiros.

11 Destaco, ainda, o alvará não tem conteúdo mandamental, sendo, somente, uma autorização para a prática dos atos jurídicos necessários, inclusive podendo, os autores, assinar todo e qualquer documento para o bom cumprimento deste. Deste modo, o alvará não implica em determinação para a transferência do bem, que ocorrerá de acordo o critério do órgão de trânsito responsável.

12 Eventual divergência entre o requerente e a entidade administrativa deverá ser dirimida em ação própria.

13 Nestes termos, com fulcro no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, **ACOLHO** o pedido inicial referente à expedição do alvará para alienação veicular, bem como **HOMOLOGO** a desistência quanto aos demais pedidos.

14 Determino a expedição de alvará autorizando o(a/s) autor(a/s), Ilma Aparecida Faria, a proceder à transferência, para quem melhor lhe convier, do veículo da marca VW/SANTANA CL, ano 1998, CHASSI 9BWZZZ327ZIP245060, PLACA CYF 3690, que está em nome do falecido, Luiz Carlos Lima Oliveira, CPF 038.392.008-65; podendo praticar todos os atos necessários, ressalvadas exigências administrativas e resguardados direitos de terceiros. Por consequência, julgo extinto o feito, com resolução de mérito.

15 Diante do pedido formulado, e do seu acolhimento, ausente interesse recursal, nos termos do artigo 1.000, do Código de Processo Civil, pelo que fica, desde já, **anotado o trânsito em julgado na data de assinatura da sentença**, dispensando-se o Cartório de lançar certidão.

16 **Expeça-se alvará** nos termos acima delineados, com prazo de 180 dias.

17 Intime-se a Fazenda Pública Estadual para fins de eventual apuração administrativa quanto aos tributos.

18 Cumprida a determinação, remeta-se ao arquivo.

19 P.I.

São Carlos, 29 de janeiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**